

# Padrões geopolíticos presentes na defesa da Amazônia

71

DURBENS MARTINS NASCIMENTO

## I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

**A** Amazônia nas diversas concepções geopolíticas se atribui potencialidades e valor para seus ativos naturais. As florestas tropicais como fonte de fixação do carbono e alternativa para controle do efeito estufa e equilíbrio climático do planeta (Nascimento, 2008, p. 189-190); a crise ambiental; o potencial madeireiro; os 17.719 mil km de fronteira terrestre principalmente pela tensão na fronteira política com a Colômbia, enfim, dão a ela, a singular condição de objeto de interesses que motivam intervenção do governo brasileiro e de agentes difusos que comandam as redes da ilegalidade na fronteira Norte.

Do ponto de vista da segurança dessa fronteira, as aquisições de equipamentos militares pelas Forças Armadas da Venezuela da Rússia; o acordo de cooperação militar Brasil-França para compra pelo Brasil de 36 aviões de combate Rafale da empresa francesa Dassault e 50 helicópteros de transporte EC-725; o aumento da presença militar dos EUA na Colômbia seja através do Plano Colômbia ou do recente acordo que cede àqueles o uso de várias bases militares da Colômbia; e o lançamento pelo Brasil da Estratégia Nacional de Defesa (END); revelam-se incentivos e motivações para o recrudescimento da tensão política entre esses países. Cabe lembrar a operação militar antiguerrilha em território Equatoriano desenvolvida pelas Forças Armadas da Colômbia que contou com apoio tecnológico de comunicação sofisticado, e assessores militares, que eliminou o articulador internacional das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Raúl Reyes.

Esses e outros fatos e acontecimentos conjunturais nos levam à reflexão sobre as concepções geopolíticas que persistem quando se observa o comportamento do Executivo Federal brasileiro na tomada de decisão sobre a formulação e execução de programas e projetos em desenvolvimento na Amazônia.

O objetivo deste artigo, neste sentido, é analisar as recentes iniciativas institucionais do Executivo na constituição e conformação de um marco regulatório na área da defesa destinado à Amazônia sob influência da geopolítica. O foco da análise centra-se na problematização da existência ou não de um padrão geopolítico contido especificamente nos projetos de natureza militar com forte conotação temática no suporte ao desenvolvimento regional, sob o impacto de um conjunto política na região na qual vem paulatinamente se acirrando.

Historicamente, esses projetos evidenciam uma preocupação relativa do governo com a área da defesa e segurança do Brasil (Nascimento, 2005). Identificar esse (s) possível (is) padrão (ões) justifica a empreitada uma vez que trata de políticas governamentais e permite situar a capacidade de governança nessa área no que toca à possibilidade de alteração no curso da intervenção do Executivo Federal para garantir a segurança como um bem público para os cidadãos brasileiros.

A organização do *paper* obedeceu a seguinte distribuição esquemática: além destas considerações iniciais e das considerações finais, primeira e quinta seção; a segunda, apresenta uma discussão conceitual de governança; a terceira resgata a influência da geopolítica nas políticas em execução na Amazônia e a quarta seção, descreve as medidas políticas e práticas que estão sendo tomadas para amenizar a vulnerabilidade da presença das instituições na Amazônia no aspecto da defesa de suas fronteiras, especialmente na Faixa de Fronteira.

## 2. GOVERNANÇA: O EXECUTIVO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AMAZÔNIA

O termo governança nas suas mais diversas acepções e aplicabilidades em diferentes domínios refere-se, no geral, aos aspectos administrativos e operacionais, sobretudo, às condições políticas existentes e suficientes para o bom exercício de governo, isto é, a forma pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos financeiros e organizacionais na busca da eficiência da ação do Estado na capacidade de formular e executar e manter políticas governamentais (Nascimento, 2007).

As diversas denominações governança, do tipo “governança corporativa” (Grün, 2003) aplicada na gestão das empresas públicas e privadas; “gover-

nança global” (Pierik, 2003) no seu uso no campo das relações internacionais e “governança sem governo” (Rosenau, 2000) de múltiplas aplicações e usos, não alteram, significativamente, o conteúdo do conceito e agrega os avanços conceituais necessários ao famoso texto *Governance and development*, do Banco Mundial (World Bank, 1992).

Há governança, portanto, quando um processo político-institucional e administrativo e seus mecanismos políticos e organizacionais existem e funcionam para catalisar as demandas oriundas da sociedade e capacidade de agir em resposta utilizando-se, para isso, os instrumentos de planejamento do desenvolvimento, bem como agindo em prol do melhor desenho institucional para administrar os recursos políticos e financeiros de um dado contexto societário, com vistas ao exercício das funções efetivas de governo.

A preocupação com a governança no sentido do esforço da administração pública para o monitoramento do comportamento dos agentes que circulem no espaço institucional e territorial da fronteira na dimensão da defesa na Amazônia se impõe para o fortalecimento da autoridade estatal no controle de processos e dinâmicas sociais e ambientais, mas com implicações no comportamento de atores políticos que atuam ou estão fortemente fixados territorialmente na Amazônia como ambientalistas e defensores dos povos indígenas, sobretudo daqueles que se situam à margem da legalidade constitucional: contrabandistas e traficantes de todas as espécies.

Isso leva-nos ao Executivo, de forte preponderância legislativa (Figueiredo & Limongi, 2001, p.20), instituição política com prerrogativas de dotar a defesa na Amazônia de investimentos institucionais, principalmente no que concerne ao planejamento e a execução de políticas, a exemplo dos programas e projetos elaborados e executados quer num momento histórico sob o signo da geopolítica, quer na contemporaneidade, ainda que influenciada por esta, porém com a percepção de alterações fundamentais nas bases teóricas e políticas na compreensão da defesa da Amazônia, a exemplo da Política de Defesa Nacional (PDN) e da END.

### 3. A INFLUÊNCIA DA GEOPOLÍTICA NO EXECUTIVO FEDERAL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

**O**s fundamentos teóricos da geopolítica, num sentido clássico, giram em torno do problema das relações entre população, território e recursos naturais enquanto categorias capazes de organizar um discurso pretensamente científico que dê sentido e princípio às estratégias desenvolvidas por Estados nas

relações internacionais, isto, de um estado com pretensões expansionistas ou de preservação de seu território em caso de ameaça de outro fronteiriço, ou, mais ainda, o desenvolvimento daqueles princípios voltados para o controle de pessoas identificadas e pensadas como “inimigos internos” do Estado.

A Escola Superior de Guerra (ESG), no pós-Segunda Grande Guerra do século passado, elaborou um projeto para fazer do Brasil uma grande potência. Essa geopolítica brasileira não se envolveu apenas em assuntos ditos militares, mas, ao contrário, estabeleceu as bases para uma influência nos decisores de então para além do emprego e uso das Forças Armadas (FFAA) em caso de conflitos interestatais, mas abrangendo concomitantemente os de caráter político e social, através, sobretudo, de estudos que focalizam a organização nacional (Miyamoto, 1995, p. 18).

As forças militares que se consolidaram no poder em 1964 encontraram na geopolítica a força intelectual necessária e pragmática para transformá-la em “geopolítica do desenvolvimento”, daí o surgimento do binômio *segurança-desenvolvimento*. Todavia, durante os governos Ernesto Geisel a geopolítica perdeu força, resvalou para posições secundárias, inclusive os seus tecnocratas no governo. (Miyamoto, idem)

Nos anos 80, o Executivo desenvolveu importantes iniciativas no sentido de pensar os problemas advindos do *vazio de poder* criado na fronteira Norte do Brasil onde é dada ênfase na militarização da atuação estatal, mediante instituições como o INCRA, GEBAM (Grupo Executivo das Terras do Baixo-Amazonas), a administração do Garimpo de Serra Pelada e o GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins), aos quais se atribui o controle estatal dos conflitos agrários. Este último foi criado em 1980, pelo decreto 1.767 de 1º de fevereiro, diretamente subordinado ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), abrangendo 20.000 km<sup>2</sup>, compreendendo particularmente o estado do Pará até o extremo-oeste do Maranhão.

O CSN era o órgão do Estado, através do qual o Executivo, ainda nos anos 80, controlava e administrava os conflitos e as tensões pela posse da terra entre posseiros e grileiros, especialmente no Sudeste e Sul do Estado do Pará. Tanto o GETAT quanto o GEBAN compuseram a força tarefa institucional através da qual o Executivo, como instrumentos de governança, embora na via autoritária, agiu na redução dos conflitos na Amazônia, tendo em vista que por esse meio visavam ocupar o *espaço vazio* deixado pela repressão a guerrilha do Araguaia nos anos 70 (Nascimento, 2000). A lógica nesse caso foi a de militarizar a questão agrária e mantê-la sob controle do Estado os conflitos por terras e sobre as terras devolutas” (Fernandes 1999, p.39).

Um aspecto importante da discussão no âmbito da defesa e quanto à necessidade de proteção e defesa da região consistia no desenvolvimento e aplicação do conceito de *segurança interna* contra os inimigos do estado que estariam em seu próprio território. Uma região, portanto, que necessitava ser povoada a qualquer custo a fim de garantir e legitimar a soberania sobre os suas riquezas naturais. Com efeito, era preciso manter a ordem capitalista contra possíveis instabilidades. Manter a ordem na Amazônia significava, nessa interpretação, criar as condições necessárias para o progresso da região como condição para a viabilização do conceito de desenvolvimento contido no sonho Brasil Potência (Nascimento, 2000)

Porém, longe de ter desaparecido essa forma de pensar os caminhos da Amazônia, nos final dos anos 90 do século XX, revitalizou-se o Projeto Calha Norte (PCN) e implementou-se o Projeto SIVAM (hoje SIPAM) que revelam uma atenção especial ao aspecto militar, ainda que ambos não se configurem exclusivamente como ações militares.

O PCN surgiu na Secretaria-Geral do CSN com o objetivo de desenvolver socioeconomicamente a Amazônia, pois esta devia se integrar à sociedade nacional. Os investimentos do Projeto limitaram-se a aberturas, manutenção e consertos de estradas, construção e reparos de aeroportos e construção e reformas de quartéis, bem como logrou-se obter equipamentos de vigilância nas margens do rio Solimões nas fronteiras com a Colômbia, Venezuela e Guiana. Ao passo que o projeto SIVAM se caracterizou por possuir uma vasta infraestrutura de meios técnicos e operacionais com o objetivo de coletar, processar e produzir dados de interesses das organizações governamentais e não-governamentais. Por fim, é necessário destacar que o SIVAM armou-se também de radares e sensores visando reunir milhares de informações sobre desmatamento e queimadas; tráfego aéreo, novas fronteiras agropecuárias, formação de nuvens, acidentes geográficos e até localização de tribos indígenas não foram contatadas (Nascimento, 2005).

O PCN enquanto programa de desenvolvimento econômico-social e sustentável da fronteira política, guarda similaridades com outras iniciativas, o que confirma a existência de um padrão de apropriação do território servindo-se, para tanto, da organização de meios burocráticos e financeiros, ainda que escassos, para resolver pendências históricas em relação às políticas públicas, insuficientes e incompatíveis com as singularidades sociais e culturais existentes na Amazônia. Enfim, o PCN é a tentativa de reviver no presente a tradição do poder central de controlar a Amazônia, especialmente a Faixa de Fronteira Norte através da estratégia do desenvolvimento regional.

Por outro lado, o SIPAM é um sistema multidisciplinar com finalidade de coordenar as ações de vigilância e monitoramento na Amazônia, objetivando integrar as diversas instituições públicas e privadas. Visa também gerenciar informações obtidas com os projetos para fins de segurança nacional e desenvolvimento social e regional, bem como reduzir custos infraestruturais necessários ao desenvolvimento sustentável da região e alavancar a integração nacional; aproveitar e garantir a biodiversidade e gerar bem-estar para os habitantes.

Ambos, PCN e SIVAM, no geral, com a finalidade de defender, proteger e garantir a integridade do território nacional; combater os ilícitos e, sobretudo, alavancar o desenvolvimento sustentado e sustentável da Amazônia e da Faixa de Fronteira, em particular. Um e outro, a partir de um determinado momento, 1996, passam a se constituir em objeto das diretrizes da Política de Defesa Nacional (PDN).

A PDN foi decretada em 1996, e a partir de 2000, integra-se ao *Avança Brasil*, fundou-se, inicialmente, na definição do Brasil enquanto potência média nas relações internacionais e, com efeito, objetivou organizar a área da defesa para cumprir sua missão de liderança na América do Sul.

A análise dos meandros dessa política revela que ela é extremamente coerente com as nossas condições econômicas, políticas, geográficas e bélicas. Baseia-se na diplomacia para a resolução de conflitos em escala regional e global e, simultaneamente, corrobora o potencial militar de qualquer Estado para enfrentar os fracassos no campo diplomático.

Em 30 de junho de 2005, através do Decreto nº 5.484, o governo Lula deu outras providências para a defesa do Brasil.

O documento conceitua segurança como condição necessária e imprescindível para a garantia da soberania e da integridade territorial. Condição que deve permitir o exercício dos direitos e deveres constitucionais. Ao passo, que a defesa refere-se ao conjunto de medidas e ações a serem implementadas pelo Estado para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais ante ameaças externas, potenciais e manifestas. Frisa-se que as ações do Estado deverão ter ênfase no aspecto militar.

Busca-se, portanto, instituir uma política de defesa com recursos próprios, isto é, baseados nas possibilidades que o país possa efetivamente executá-la, que integre as visões estratégicas de cunho social, econômico, militar e diplomático, e que conte com o respaldo da sociedade, *a preservação da coesão e da unidade da Nação; o envolvimento dos segmentos acadêmico, científico-tecnológico e industrial.*

Duas observações estritamente estratégicas na percepção dos militares são possíveis: primeira, a proeminência da visão integrada multidisciplinar dos princípios fundantes da PDN. Neste particular, estende a política de defesa para além do setor exclusivamente militar abarcando a problemática ambiental e os problemas sociais, além da independência nacional. A segunda observação inclui uma clara continuidade e reafirmação da cooperação internacional, a não ingerência nos assuntos internos de outros países soberanos e a busca da solução pacífica para os conflitos interestatais (Nascimento, 2005).

Assim, o que torna a PDN emblemática é o fato de enquadrar a Amazônia como prioridade de defesa. Tal inflexão fora motivada pela transição no sistema internacional caracterizado pelo realinhamento dos diversos interesses estratégicos em disputa no globo, o que o torna econômica e comercialmente multipolar, indefinido e instável; porém, unipolar no campo militar devido à predominância dos EUA, que dispõem de meios poderosíssimos para impor sua estratégia aos demais países como demonstram as experiências do Iraque e do Afeganistão, inclusive na era Obama.

Do ponto de vista da ampliação da política de defesa, torna-se necessário lembrar dois outros componentes estratégicos que se inserem na dinâmica da discussão contemporânea acerca da Amazônia e sua geopolítica, qual seja, a importância do debate sobre a questão da escassez de água doce no planeta e da sua diversidade biológica. Estas questões remetem ao fato de que um terço das espécies existentes no mundo está na Amazônia, para a qual existem referências, mundialmente conhecidas, acerca dos planos dos grandes conglomerados farmacêuticos interessados em explorar o manancial de insumos existentes. Isto tem conduzido pesquisadores a sugerir e definir os contornos de uma *Geopolítica da Biodiversidade* (Albagli, 1998).

A PDN e a END estabelecem e incentivam a reorientação estratégica e geopolítica do Brasil para a região amazônica vista como uma área prioritária para as ações de defesa (Le Monde Diplomatique-Brasil, 25/08/2009). Contudo, a análise até aqui demonstra que, de fato, não têm sido materializadas, a contento, as diretrizes contidas em suas bases doutrinárias. Menos ainda o alcance de suas metas. Lançada em 1996, somente em 2000 e 2002, haverá um ligeiro acréscimo no aporte financeiro. Contudo, na administração do presidente Lula houve uma forte investida de recursos em projetos e programas de segurança e de defesa para a Amazônia.

A PDN, o SIPAM e o PCN estão inseridos numa política de defesa conduzida pelo Ministério da Defesa que tem a prerrogativa de operacionalizar as ações de salvaguarda dos poderes constitucionais. Mobilizar a socie-

dade em caso de agressão externa e garantir a unidade federativa, bem como manter definidas e protegidas as fronteiras do país. A propósito, essa discussão tem se limitado à questão das referências puramente abstratas da fronteira, vista como limite territorial de soberania. As mudanças em andamento no mundo nos levam a acreditar que o debate em torno de uma política de defesa nacional necessita incorporar as recentes formas de ver a fronteira: como faixa, zona e espaço cultural e simbólico de trocas comerciais e de relações interétnicas.

#### 4. EXECUTIVO E FORÇAS ARMADAS NA AMAZÔNIA

O plano da defesa terrestre, enquanto políticas desenvolvidas para a ocupação da fronteira política entendida como fator imprescindível para gerar uma “fortaleza” em defesa da Amazônia apresenta elementos concretos para a efetiva proteção da fronteira política.

A legitimidade institucional do Executivo para garantir a governança nesta área mediante o fortalecimento das instituições estatais na fronteira da Amazônia confere a este poder o papel de definir e executar um planejamento estratégico numa área consagrada como de segurança nacional com legislação específica e de apanágio da União, demonstrada pelo volume dos recursos financeiros e remanejamento de pessoal.

As FFAA têm se revelado a única instituição que o Estado possui na fronteira. Pelas propriedades de *área marrom* (O'Donnel, 1993), altas taxas de concentração urbana concentradas nas principais cidades da região, economia extrativista, e com um caleidoscópio de rotas de contrabando e tráfico de animais silvestres, madeira, minérios, peles, armas e cocaína entre outros entorpecentes, administrações públicas municipais e estaduais falidas para ensejar uma esperança de intervenção positiva para além dos marcos federais, as FFAA apresentam-se como o Estado capaz de simbolicamente representar o contrato político nestas *áreas marrons*.

No começo do século XX, o Exército para cumprir as exigências e administrar a região criou o CMA (Comando Militar da Amazônia), em 27/03/1909. Esse Comando parece encerrar a trajetória da construção dos fortes à moda dos primeiros séculos de ocupação Portuguesa. A propósito, na visão de Mattos (1990, p.100) os fortes construídos ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, mesmo os que não foram utilizados pela Corôa Portuguesa na batalhas para defender o Brasil na parte Norte, serviram para uma estratégia dissuasória de enorme valor simbólico.



No século XX as mudanças engendradas pela era Vargas na construção de uma burocracia com caráter nacional e que conduz a modernização do Estado coincidem com os preparativos da Segunda Guerra Mundial, onde o Estado-Maior das FFAA mantinha vigilância quanto à possibilidade do Brasil sofrer as consequências de uma intervenção estrangeira. Num documento secreto de 1936, assinado pelo Coronel Francisco Gil Castello Branco, afirmava que a Amazônia, no contexto da situação de beligerância que circundava o mundo, tornava-se alvo predileto da conquista pelas potências “imperialistas” (Inglaterra, Japão e França) e exorta as autoridades para criarem uma forte organização militar para defendê-la. (Estado-Maior do Exército, 1996, p. 180-2)

Em 1938, ao atender uma sugestão do comandante da 8ª Região Militar (RM), o General Góes Monteiro, então chefe do EME (Estado-Maior do Exército) autorizou a criação de Batalhões de Fronteiras. No hiato do conflito mundial o tema da segurança na Amazônia ficara congelado. Todavia, com o surgimento de uma nova ordem mundial emergida das ruínas da Guerra, a Amazônia retornava para as agendas militar e da segurança nacional.

A arquitetura organizacional desenvolvida e mantida atende aos requisitos da disponibilidade de fornecer, na Faixa de Fronteira, uma armadura composta por unidades físicas, inicialmente constituídas por Unidades Militares, para posteriormente transformar-se em vilas e cidades, segundo a concepção geopolítica da vivificação da fronteira através da atração de contingentes primeiramente familiares dos militares deslocados de outras cidades e/ou regiões do país. Essa sempre foi a concepção estratégica dos militares, pelo menos os do EB, para a defesa da região.

O Comando Militar congrega várias Regiões Militares (RM). Na Amazônia existe um Comando, o Comando Militar da Amazônia (CMA), que abrange toda a Amazônia Legal, com sede em Manaus. A ele estão subordinados duas RM: a 8ª, sediada em Belém e a 12ª, sediada em Manaus. Contudo, a centralização da PDN está em Brasília, no Ministério da Defesa.

Estas Unidades Militares (UM) estão localizadas nos seguintes municípios da Faixa de Fronteira, observando os Estados do Amazonas e Roraima. Apesar da presença militar no Amapá, especialmente em Clevelândia do Norte, não existem unidades significativas na fronteira, somente na capital, Macapá, que não está situada na Faixa. No geral estas são as principais UM: Tefé (AM) – Companhia de Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva; Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva; 16ª Base Logística; 17º Batalhão de Infantaria de Selva; 34ª Pelotão de Polícia do EB; 4ª Delegacia do

Serviço Militar da 29ª C S M. São Gabriel da Cachoeira (AM) – Comando de Fronteira/Rio Negro e 5ª Batalhão de Infantaria de Selva; Hospital de Guarnição; 1ª Companhia de Engenharia de Construção do 1º B E. Tabatinga (AM) – Comando de Fronteira – Solimões e 8º Batalhão de Infantaria de Selva; Hospital de Guarnição; 5ª Delegacia do Serviço Militar 29ª C S M. Manicoré (AM) – Tiro de Guerra. Maués (AM) – Tiro de Guerra. Eirunepe (AM) – Tiro de Guerra. Lábrea – Tiro de Guerra. Boa Vista – Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva; Comando de Fronteira – Roraima e 7º Batalhão de Infantaria de Selva; Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva; 1ª Base Logística; 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva; 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado; 32º Pelotão de Polícia do EB; 6º Batalhão de Engenharia de Construção; 6ª Delegacia do Serviço Militar da 29ª C S N. E Mucajaí (RR) – Tiro de Guerra.

As FFAA possuem 29.000 homens na Amazônia. Somente no período de 1998 a 2002, segundo dados de Lourenção (2003, p 55), o efetivo salta de 3,3 mil para 23,1 mil. Esse número positivo não pode isentar a afirmação de que quando se compara o efetivo militar, principalmente os situados na Faixa de Fronteira terrestre do país, com o restante do Brasil, verifica-se que há ainda uma forte presença espacialmente concentrada na região Sul do país do total dos efetivos. Dos 300.000 das FFAA em todo o país, menos de 10% está na Amazônia para uma região definida como estratégica, tanto na versão da PDN de 1996 e 2005, quanto na END, de 2009.

Reconhece-se, entretanto, que, paulatinamente, tem havido um crescimento de aeronaves e UM da Força Aérea Brasileira (FAB para atender às necessidades de implantação do SIVAM). Não obstante a linha mestra de direção do CMA seja dada ao Exército, tal afirmação não inviabiliza a conclusão de que outros órgãos da administração federal, sobretudo os Comandos Militares da Marinha e da FAB, participem de decisão no acompanhamento das atividades de caráter exclusivamente militar.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

**A** vigência de pressupostos democráticos e de instituições representativas no país desde 1986 e de fortalecimento dos canais participativos consagrados desde a Constituição de 1988, não alterou a perspectiva histórica de dotar as instituições de defesa de sofisticados equipamentos de informação e de recursos orçamentários para garantir os preceitos constitucionais de proteção especialmente da Faixa de Fronteira. O chamado PAC da defesa que se

constitui na aquisição de aviões de combate de transferência de Batalhões para a Amazônia revela a preocupação permanente com a região. Portanto, existe claramente um padrão de atuação do Executivo Federal nas fronteiras ao Norte do Brasil.

Esse padrão caracteriza-se pela influência da geopolítica na concepção dos projetos em andamento na região, na medida em que investe-se na implantação de Pelotões de Fronteira e na revitalização do PCN. Esse padrão é notado também no impacto para a defesa na descoberta do Pré-Sal e as justificativas governamentais para privilegiar o acordo Brasil-França traduzido nos argumentos da proteção dessas enormes jazidas de petróleo.

Verifica-se ao mesmo tempo a existência desse padrão na construção de significados políticos em torno da chamada Amazônia Azul, onde, diante da sua dimensão e vulnerabilidade, justifica-se, ao lado do Pré-Sal, a construção do submarino de propulsão nuclear. Por fim, identifica-se esse padrão nas medidas políticas e práticas que estão sendo tomadas para amenizar a ausência da presença efetiva das instituições públicas na Amazônia no aspecto estritamente da defesa de suas fronteiras. Uma delas são a construção e instalação de Pelotões de Fronteira a exemplo do Programa Amazônia Protegida que visa instalar as “células de vigilância” que passarão de 21 a 49 até 2018 e custará 1 bilhão de reais aos cofres públicos.

**Durbens Martins Nascimento** | Cientista Político. Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PDTU/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA. Professor/pesquisador do NAEA e do Programa de Mestrado em Ciência Política da UFPA. Organizador da obra *Relações Internacionais e Defesa na Amazônia*, Editora NAEA e um dos autores do livro *Governança, Integração e Meio Ambiente na Amazônia*, Editora NUMA. Coordenador do Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia (OBED) [www.obed.ufpa.br](http://www.obed.ufpa.br).

## REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S. *Geopolítica da biodiversidade*. Brasília: Edições IBAMA, p.199-221, 1998.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Documentos históricos do estado-maior do exército*. Brasília, p. 180-182, 1996.
- ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA, mais poder com novas armas. *Le monde diplomatique-Brasil*, ano 03, n. 25, p. 4-7, ago. de 2009.
- FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização*. 2ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.
- FIGUEIREDO, A. & LIMONGI, F. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora FGV/FAPESP, 2001.
- GRÜN, R. Atores e ações na construção da governança corporativa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 52, p. 139-161, jun. 2003.
- LOURENÇÃO, H. A defesa nacional e a defesa da Amazônia: o sistema de vigilância da Amazônia (SIVAM). 233 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/bc/pdf>>. Acesso em: 10 set. 2009.
- MATTOS, C. M. *Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1990.
- MIYAMOTO, S. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas-SP: Papyrus, 1995. 257 p.
- NASCIMENTO, D. M. A guerrilha do araguaia: “paulistas” e militares na Amazônia. Belém, 2000. 145 f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento/PLADES), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém. 2000.
- NASCIMENTO, D. M. Projeto Calha Norte: política de defesa nacional e segurança hemisférica na governança contemporânea. 355 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.
- NASCIMENTO, D. M. Amazônia, governança, segurança e defesa. In: NASCIMENTO, D. M. et all. *Governança, Integração e Meio Ambiente*. Belém: Editora NUMA, p. 33-67, 2007.
- NASCIMENTO, D. M. Áreas Marrons e Programa Calha Norte. In: NASCIMENTO, D. M. (Org.) *Relações Internacionais e Defesa na Amazônia*. Belém, Editora NAEA, 2008.

- O'DONNELL, G. Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais: uma visão latino-americana com uma rápida olhada em alguns países pós-comunistas. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 36, p. 123-145, 1993.
- PIERIK, R. *Globalization and global governance: a conceptual analysis*. Hague Joint Conference, 2003.
- ROSENAU, J. N. Governança, ordem e transformação na política mundial. In: ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E-O. *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Editora UNB e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, p. 11-46, 2000.
- WORLD BANK, *Governance and development*. Washington, abr. 1992.